

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-295-1

DOI 10.22533/at.ed.951192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 4º volume, reuni o total de 23 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem educação, escola e sociedade, dança e desenvolvimento sociocultural, urbanização, memória e museu, inovação social, economia, habitação, arquitetura e identidade cultural, movimentos sociais dentre outros, que são temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 4º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE	
Lívia Salomão Piccinini Karla Moroso	
DOI 10.22533/at.ed.9511926041	
CAPÍTULO 2	25
A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA	
Kenia de Amorim Madoz Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9511926042	
CAPÍTULO 3	40
A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL	
Eduardo Fernandes Antunes Maria Aparecida Santana Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.9511926043	
CAPÍTULO 4	45
A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
Josélia da Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9511926044	
CAPÍTULO 5	59
ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO	
Hugo Pablo Lourenço Sapia	
DOI 10.22533/at.ed.9511926045	
CAPÍTULO 6	73
ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU	
Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa Daniel Maurício Viana de Souza Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9511926046	
CAPÍTULO 7	85
ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9511926047	
CAPÍTULO 8	90
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS	
Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro Cristienne Magalhães Pereira Pavez	
DOI 10.22533/at.ed.9511926048	

CAPÍTULO 9	104
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA	
Sandra Franco-Patrocínio Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.9511926049	
CAPÍTULO 10	131
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	
Daniela de Oliveira Massad Paulo César Lapolli Felipe Kupka Feliciano Leandro Maciel Nascimento Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.95119260410	
CAPÍTULO 11	145
“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	
Caroline Magalhães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95119260411	
CAPÍTULO 12	157
DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP	
Sandra Cristina de Oliveira Leonardo de Barros Pinto Gessuir Pigatto	
DOI 10.22533/at.ed.95119260412	
CAPÍTULO 13	169
FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	
Bruna Dal Agnol Caliane C. O. de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.95119260413	
CAPÍTULO 14	185
FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL	
Bruna Medeiros Bolzani Fernando Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.95119260414	
CAPÍTULO 15	196
HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier Mariana Lautenschlager Spoladore Ana Paula Perfetto Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.95119260415	

CAPÍTULO 16	212
LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS	
Everton Luis Israel Ribas Vanessa, Steigleder Neubauer Rafael Vieira de Mello Lopes Fagner Cuozzo Pias	
DOI 10.22533/at.ed.95119260416	
CAPÍTULO 17	221
MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95119260417	
CAPÍTULO 18	236
O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO	
Carlos Roberto Santos Vieira Elaine Di Diego Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260418	
CAPÍTULO 19	243
PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU	
Franciely Chropacz Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov	
DOI 10.22533/at.ed.95119260419	
CAPÍTULO 20	249
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	
Vanessa Batista Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.95119260420	
CAPÍTULO 21	260
SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	
Guilherme Juliani de Carvalho Briza Gabriela Moreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.95119260421	
CAPÍTULO 22	271
TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS	
Magda Cibele Moraes Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95119260422	
CAPÍTULO 23	286
TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260423	

A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA

Kenia de Amorim Madoz

Doutoranda, PPG-FAU UnB, Brasil
kemadoz@gmail.com

Marcos Thadeu Queiroz Magalhães

Professor Doutor, PPG-FAU UnB, Brasil
thadeu.unb@gmail.com

RESUMO: O artigo descreve a estrutura ontológica do habitar, desde o pensamento de Heidegger, ao afirmar que construímos à medida que habitamos, além de outros autores que tratam de relacionar a crise do habitar com a dos lugares. A partir desse entendimento e na busca em resgatar o interesse do habitar, avaliamos políticas habitacionais em Brasília, DF. Especificamente, evidenciamos o programa habitacional recente, Programa Minha Casa Minha Vida no Distrito Federal, implantado entre 2009 e 2015, e para isso, utilizamos os dados socioeconômicos e análises de pesquisa qualitativa, com os moradores do empreendimento, Paranoá Parque, destinado à população de baixa renda, faixa 1, implantado na Região Administrativa do Paranoá, e avaliamos o programa destinado à habitação de interesse social, à luz da essência do habitar e concluímos que apesar de alguns elementos presentes que poderiam promover o habitar no Paranoá Parque, são necessários instrumentos de indução de desenvolvimento urbano além da

participação ativa da população moradora.

PALAVRAS-CHAVE: Habitar. Lugares. Habitação de interesse social.

THE LACK OF DWELL IN PUBLIC POLICIES:
EVALUATION OF HOUSING POLICIES OF
SOCIAL INTEREST IN DF/BRASILIA

ABSTRACT: The article was proposed to describe the ontological structure of dwell, since Heidegger's thought that claim that we build as we inhabit, in addition to other authors that deal with and relate the crisis of the places. Since then understanding and in search for the rescue dwell's interest, We analyze the housing policies in Brasília, DF. Specifically, we evidence the recent inhabit program, Program My Home My Life in Distrito Federal, implanted in between 2009 and 2015, and for this, we use socio-economics data and qualitative research analyze with the residents of real estate development, Paranoá Park, implanted in Paranoá regional administrative, in order to evaluate the program intended for social interest housing of official interest, considering the essence of living and we conclude that although some present elements that could promote the dwell in Paranoá Park, its necessary urban development induction instruments in addition to the active participation of the resident population.

KEYWORDS: Inhabit. Places. Social Interest Housing.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma avaliação do programa habitacional recente, Programa Minha Casa Minha Vida no Distrito Federal, a partir do entendimento de que o “habitar”, apresenta uma essência, explicada pela ontologia de Martin Heidegger (1951). Nela o autor afirma que só podemos construir à medida que habitamos. O habitar cumpre para Heidegger, o papel de moradas e moradias, mas não só, a sua essência está no sentido do desenvolvimento do ser e seu cultivo em comunidade.

O objetivo principal desse artigo é apresentar o sentido ontológico do “habitar” e seus elementos, e levar ao entendimento de que, essa base, deva ser inserida em programas habitacionais, a fim de promover lugares com convívios sustentáveis, o qual acreditamos ser a forma eficaz de combater as crises de pertencimento e demais crises que tanto afetam os nossas cidades.

Temos ainda o propósito de apresentar, por meio de avaliação de política urbana recente em Brasília, um estudo específico do lugar, relativo ao programa habitacional de interesse social no DF, pós-ocupação, o qual fazemos por meio de uma discussão crítica do programa, aliado a dados socioeconômicos e de natureza qualitativa. Apesar de ser difícil avaliar qual seria a melhor escolha de lugares para implantação de programas habitacionais para o desenvolvimento sustentável e preservação da qualidade de vida nas cidades, temos uma clara convicção de que a densificação nos diversos lugares do DF em que há necessidade de construções de novas moradias, apresenta o potencial, daquilo que Parenaí (2008) ressalta seu papel de reordenar, reestruturar áreas urbanas, além de redistribuir usos e equipamentos, espaços públicos e privados, aproximar hábitos de transportes e serviços, demandar a tornar a vida cotidiana mais agradável, provocando enfim o desenvolvimento das qualidades urbanas.

Para a avaliação da carência do “habitar” nas políticas habitacionais recentes no DF, apresentamos, um estudo sobre o tema, desde Heidegger (1951), Bachelar (2008), Tuan (1983) e Augé (2010), os quais apresentam amplo conhecimento em torno da importância do habitar e sua essência.

A seguir, partimos do entendimento de que a produção do espaço é resultado de processos políticos, econômicos e ideológicos e que funcionam como mediadores vitais na produção e na reprodução capitalista, de modo que o espaço é produzido e conseqüentemente transformado segundo os interesses dos produtores, sendo assim, apresentamos um estudo histórico e crítico da expansão urbana no DF e enfatizamos o papel do Estado como principal responsável pela segregação socioespacial em Brasília. A segregação socioespacial é um tipo de processo espacial, que segundo Corrêa (1989), é definido pela divisão social do espaço, explicitado pela concentração

de tipos de população em uma comunidade. E nesse estudo, trata de espaços urbanos que se apresentam com pouca variação de classes sociais, constituindo-se na sua maior parte, por uma população de baixa renda e distantes do centro equipado e gerador de empregos.

Dessa forma, apresentamos uma descrição crítica da implantação de políticas habitacionais no DF, que pela carência da essência do habitar, continua a produzir lugares segregados socialmente, ainda que inicialmente algumas importantes perspectivas de pertencimento são constatados, embora para que o habitar ocorra de forma sustentável, são necessárias novas induções de desenvolvimento dos lugares, o que pode ser promovido pelas relações sociais e participações da comunidade atuando ativamente nas gestões das cidades do DF.

DA ONTOLOGIA DO HABITAR À CRISE URBANA

Um dos eixos em que se pode compreender a essência do habitar, nos remete a uma ontologia estruturante do pensamento fenomenológico. Nesse sentido, o filósofo alemão, Martin Heidegger (1951), discute e aponta a direção da abordagem humanística em sua essência, a fim de aliar o ser e o tempo, como fundamentais para a compreensão do espaço em que vivemos.

Essa aproximação é fundamental para o entendimento do mundo das “coisas da vida” e das “coisas mesmas” que são expressões da atitude fenomenológica de Edmund Husserl, que tratava especificamente a questão do sentido do ser.

O resgate dessa discussão traz a problemática do espaço e sua relação com o mundo, e nos conduz à compreensão de que, na dimensão do espaço, especificamente o espaço geográfico, está intrínseco nele mesmo, o ser-no-mundo. O que Heidegger concebe, em sua obra intitulada “Ser e tempo” (*Sein und Zeit*), é a elaboração da questão do sentido do ser, na qual compreende que o ser do homem, chamado de *Dasein*, expressão alemã que significa, justamente, o “ser- aí” , é o “o ser- no-mundo”, que quer dizer que, não se separa do mundo:” o ser-aí “ local “do ser-no-mundo”.

Martin Heidegger em 1951, proferiu uma conferência “Construir, habitar, pensar” (*Bauen, wohnen, denken*), na qual a sua preocupação foi abordar a questão do sentido do ser, partindo da linguagem, “a casa do ser”, e afirmou, primeiramente, que o habitar somente se tornaria possível pela construção, ou seja, o construir, teria a finalidade de habitar.

O filósofo porém, em seus escritos, questiona, se uma construção, ou construções, trazem em si a garantia do acontecer “o habitar”, considerando que para Heidegger a sua essência seria as construções que não são uma habitação ainda continuam a se determinar pelo habitar, uma vez que servem para o habitar do homem. O habitar, em todo caso, é o que se impõe a todo construir. Dito de outra forma, habitar e construir

encontra-se, assim, numa relação de meios e fins. Pensando desse modo, porém, tomamos habitar e construir por duas atividades separadas, o que não deixa de ser uma representação correta, pois as relações essenciais não se deixam representar adequadamente através do esquema meio-fim. Construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar.

Algumas questões se apresentam para melhor esclarecer a relação entre construir e habitar, quais sejam, esse mesmo autor quem nos diz isso? Quem nos oferece de fato uma medida para dimensionarmos o vigor essencial do que seja habitar e construir? A resposta quem nos oferece é Heidegger, o autor desses questionamentos e nos diz que é pelo acesso à essência de uma coisa nos remete a linguagem, pelo vigor da linguagem. E explica que enquanto essa atenção não se dá, desenfream-se palavras, escritos, programas, numa avalanche sem fim, e o homem se comporta como se ele fosse criador e senhor da linguagem, ao passo que ela permanece sendo a senhora do homem. O que podemos depreender na concepção heideggeriana, é que a moradia se trata de um mero alojamento. A essência do habitar para o autor depende do “construir”, que é propriamente habitar, podendo ser entendido como cultivo, crescimento; no modo como as pessoas se comportam em um espaço e no sentido em que construir no significa edificar as construções, ou seja, fundar e instituir algo. Ao contrário daquilo que possamos pensar dos diferentes lugares, seja o lugar de trabalho ou o lugar em que moramos, nos dois casos, estamos habitando, pois o habitar, para o ser humano ocorre na medida em que cultiva, que constrói, que cuida.

Mas o que Heidegger, insiste no que vem a ser a essência do habitar, é a “permanência pacificada na liberdade de um pertencimento, o resguardo de cada coisa em sua essência”. Para o filósofo, o traço fundamental do habitar é esse resguardo, que perpassa o habitar em toda a sua amplitude, e o ser humano, desde que se propõe a pensar, ele habita, no sentido de-morar-se sobre a terra e pertencendo a comunidade.

A principal crítica de Heidegger sobre o sentido do habitar, é que deve usado em seu sentido pleno, pois trata de uma experiência única de cada ser humano e seu conhecimento. A ordem para a compreensão dos significados do habitar e do construir seria então, “não construímos porque habitamos, mas à medida que habitamos, construímos”.

O habitar para Gastón Bachelar (2008), em sua linguagem poética de ver o mundo, é a forma como nos enraizamos no mundo, sendo considerada a casa, o “nosso primeiro cosmo”, nosso primeiro universo dotado de lembranças afetivas e representações que nos constitui como sujeito. O filósofo defende que pelo espaço habitado, o ser humano começa a ter a imagem de si mesmo. Isso representa que “todo espaço habitado pelo sujeito, traz em sua essência, a noção de casa”, sendo que o sujeito que habita a casa, a vive como uma realidade e como um sonho. Para Bachelar a casa carrega em si a memória dos seus moradores e exerce a função de

orientação e ponto de referência, local de intimidade e que muito diz sobre o sujeito. O habitar está intimamente relacionado ao sentido de “lugar” sua origem relaciona-se a espaço ocupado e no sentido de estar povoado. O termo habitado vem de habitar, no qual acrescenta a ideia de espaço com um novo elemento, o homem. É aí que o espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, com o seu lar, seja para servir como palco de suas atividades.

Para Yi-Fu Tuan (1983), o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem a outra. E o que começa com um espaço, o dotamos de valor: o espaço transforma-se em valor à medida que, adquire definição e significado”, assinalando que quando o espaço é inteiramente familiar, torna-se lugar. O autor explica que os lugares são como “centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. Afirmo ainda, que é pela dimensão temporal que podemos então conhecer um espaço, definindo-o e dotando-o de valor.

Além de Tuan, na atualidade é Marc Augé (2010), que contribui para o sentido de lugar, e o define como sendo identitário, relacional e histórico. E o seu contraponto seria aquele que não apresenta esses três elementos, nesse caso, seria o não lugar. Acrescenta que o valor dado a um lugar só é atribuído com o tempo, que é o responsável pelas experiências vividas. Explorando ainda mais a conceituação, o autor afirma que os fenômenos contemporâneos surgem em destaques para pensarmos a experiência do “não lugar”. Dentre eles, os deslocamentos impostos pela demografia e a economia mundiais, a urbanização em massa e ainda, os “espaços-residuais. Estes apresentam em comum, a perda do círculo social, embora o autor afirma que, o lugar recompõe-se nesses não-lugares, como forma de sobrevivência. Assim, as favelas, os cortiços, os assentamentos informais, com sua população de baixa renda, muitas vezes desenvolve o sentido do habitar por necessidade.

Retornando ao “habitar” de Yu -Fu Tuan (1983), o mesmo autor concorda com o que diz Heidegger (1951), no envolvimento do habitar não somente com a casa , mas a rua, o bairro e a cidade. Acrescenta que o conceito carece de maturação, pois para o seu entendimento é necessário uma pausa, um espaço interno, uma organização privada e segura. Assim o habitar se materializa também na estrutura física da casa, da moradia. O espaço em que ocorre o habitar também é produzido segundo Tuan, pelo habitante consumidor e criador do espaço. O habitante consumidor é o que tem como única saída, gerada pela falta de espaço habitável nas grandes cidades, a recomposição de um não-lugar. Podemos assim, pensar no não-lugar como aqueles lugares fechados, os condomínios, os shopping centers, os aeroportos, os muros e guetos, os subúrbios, as fronteiras etc. E sobre isso o autor já creditava que o “eu”, não se constitui mais por identificação a uma coletividade de pertencimento, mas ao contrário, como capacidade de se isolar de todo pertencimento. É sobretudo, o homem contra o cidadão. O “pertencimento” nesse caso desaparece, e nessa perspectiva,

a comunicação não teria mais sentido, a não ser do lugar do não-pertencimento social.

O sentido do habitar envolve as questões do ser e estar das pessoas em relação aos lugares em que vivem. A construção dos espaços urbanos no país, fruto de um crescimento rápido e desestruturado promoveu a disseminação da questão urbana, configurada pela não promoção do verdadeiro habitar urbano.

AS POLÍTICAS URBANAS NO DISTRITO FEDERAL E A CARÊNCIA DO HABITAR

A construção da Capital, Brasília, é sem dúvida um dos grandes marcos da estruturação no desenvolvimento do país. A exclusividade do planejamento, os recursos e todo investimento, propiciaram a concretização do projeto em uma realidade. Apesar disso, e mesmo o sendo o poder público detentor da maior parte das terras, a cidade apresenta os mesmos problemas das grandes metrópoles do país.

Para Gouvea (2010), a melhor maneira de entender esse quadro é pelas formas de ação do governo do DF, na área de habitação e do movimento popular, envolvendo as questões da renda da terra urbana e a questão ideológica, que têm grande destaque na forma de estruturação do espaço urbano de Brasília.

Partindo desse entendimento, procuramos estudar as políticas e suas formas de implantação, na busca pela compreensão dos fatores e carências associados a deflagração da questão urbana.

Convém aqui explicar o que vem a ser a questão urbana. O seu sentido é exposto por Schimidt e Farret (1986), que a identifica pela formação de um quadro de profunda concentração e desigualdades. Concentração populacional e de renda, de poder, de investimentos, de atividades industriais, de propriedade, e conseqüentemente de oportunidade de emprego. Os autores acrescentam que decorrem de tudo isso as desigualdades intersetoriais, inter-regionais e interpessoais, na medida em que as políticas são de fato seletivas, e decorrente disso, podemos verificar para o período atual, a instalação da crise do pertencimento, em que cada um existe em si e por si, individualmente, o que nada contribui para a construção do habitar.

Apesar da intenção desse artigo ser a avaliação de políticas habitacionais recentes, necessário é o resgate do tratamento dado pelo governo à questão habitacional e urbana para a população migrante que já se avolumava no período da nova cidade. Mesmo sendo planejada, os recursos e os investimentos se concentraram somente no seu centro, o Plano Piloto. E para a grande massa de migrantes na sua grande maioria composta por pessoas desqualificadas e sem recursos para empreender, restaram somente os acampamentos provisórios e as invasões, além de qualquer ocupação que aparecesse. As áreas marginais, populosas e povoadas cresciam a taxas superiores a 100%, passando de um total de 12.700 em 1956, para 127 mil pessoas em 1960 (Gouvea 2010, apud, Ferreira, 1985).

O espetacular crescimento trouxe o superovoamento para esses migrantes desprovidos de recursos e qualificação profissional. Nesse sentido, tais áreas poderiam ser denominadas aquilo que Marc Augé (2010), denomina de “não lugares”, onde o sentido de sobrevivência é o que sobressai nesses lugares e muitas vezes por necessidade é que surge a solidariedade. Por outro lado, a centralidade já foi devidamente configurada no Plano Piloto, o que segundo Monte-Mór (1980), era o “urbanismo de luxo”, utilizando recursos de dimensão político econômico para sua implementação.

No entanto, mesmo os não lugares do início da Capital, tais como os acampamentos dos operários e as invasões que acolhiam a intensa massa de migrantes, poderiam originar o sentido de lugares ao estabelecer por questão de sobrevivência os elementos de identidade, as relações entre as pessoas que precisavam de ajuda mútua e assim também, na composição histórica desses primeiros anos da construção da Capital. Porém, a marca registrada para esse período, e tantos outros, foi mesmo a remoção e a destruição desses primeiros espaços que poderiam se constituir lugares. Assim, de 1960 a 1979, segundo Gouvea (op.cit.), as remoções continuaram, como por exemplo, a Vila do IAPI com cerca de 80mil pessoas, foi removida, contra a vontade da maioria da população que teve que sair de um lugar próximo ao centro de trabalho dos membros da família, para outro, a Ceilândia, distante a mais de 30 quilômetros do centro, e sem a estrutura de infraestrutura e equipamentos urbanos para viverem. Dessa mesma maneira, outras vilas foram removidas e alocadas em diversos espaços do DF.

No entanto, poucos casos de mobilização dos moradores tiveram sucesso na sua permanência. Um deles foi o Núcleo Bandeirante, localizado a menos de 15 quilômetros do centro, constitui um exemplo isolado, segundo Gouvea outra consequência causada pelas intensas remoções de moradores, foi a perda da renda das mulheres e filhos menores, que ficaram sem ter como ir ao centro pela distância e custo do transporte.

O principal efeito dessa política de remoção foi se repetindo nos governos do DF, ao segregar físico e socialmente as classes populares nas áreas mais distantes e mal equipadas cidades satélites, desenvolvendo uma forma eficiente de controle social da população de baixa renda.

No governo militar a marca registrada foi a aplicação da setorização, a exemplo do Plano Piloto, nas diversas cidades-satélites, o que pode ser interpretado como alienação de moradias com a mesma intenção de controle social.

Sempre presente, a ideologia da casa própria foi um elemento largamente utilizado para fazer com que os moradores de favelas e inquilinos aceitassem a mudança para os locais mais distantes que o governo concedia. Era a forma de se transformarem em mutuários. Desse processo, restou a valorização dos imóveis das áreas centrais e das cidades satélites mais próximas e grande mobilidade da população para áreas mais distantes, no mesmo processo de remoção das favelas. A esse respeito, Marília Peluso (1999), afirma que a moradia, dentro das políticas habitacionais, particularmente, de Brasília, representou um conjunto de significados, não apenas relativo à habitação,

mas também a casa própria e seu significado na vida de cada um.

A autora explica que o conjunto simbólico, formado pela “casa própria” e seu significado na vida do indivíduo, fez com que “a materialidade do habitar transcendesse somente no objeto “casa própria” e se projetasse sobre relações sociais mais amplas, corporificando-as e naturalizando-as” (Peluso, 1999).

No período 1979 a 1983, a atitude do governo do DF, foi se aliar ao mercado imobiliário, aumentando os gabaritos das cidades e implantando os equipamentos urbanos e comunitários em setores de baixa renda, ocupados por população de maior renda, em detrimento dos setores mais populares, o que provocou impacto sobre a qualidade de vida nas próprias cidades satélites. Nesse período, incrementou a política de não oferta de moradias, acreditando que desta forma diminuiria o fluxo migratório, o que na realidade não aconteceu.

Ao contrário do esperado, houve o padecimento de centenas de favelas e sublocação de lotes unifamiliares em todos os núcleos urbanos do DF. A população de favelados no DF ficou em 85 mil pessoas, nesse período, segundo Gouvea (op.cit., 1999), o que era mais de 3,5 vezes mais que no período anterior, e outros contingentes que sublocavam moradias e moravam em loteamentos periféricos.

Nos anos de 1982 a 1985 segundo Gouvea (1999), os planos de governo com fins eleitoreiros, assentou cerca de 40 mil pessoas num período de três anos. Todavia a prioridade foi dada para a faixa de renda mais baixa o que propiciou o aumento do preço especulativo dos imóveis causando um processo de intensa mobilização. A política adotada pelo governo desse período foi priorizar uma determinada demanda vinculada ao conceito de déficit habitacional, e por não atender as reais necessidades da população, que são diferenciadas, intensificou ainda mais a segregação socioespacial no DF. Além disso, a ação governamental, não criou um estímulo para uma participação comunitária, o que para o governo seria descabido pois poderia, servir como instrumento de resistência à expulsão dos moradores. Pelo contrário, o governo sempre atuou para antecipar as reivindicações, contando as lideranças e exercendo controle social sobre a população.

A partir de 1986, período da Nova República, pode-se concluir pelos estudos do mesmo autor, que teve continuação da política do período anterior, qual seja, a de controle migratório e de oferta diminuta de lotes. Os preços dos imóveis aumentaram pela ação do governo em proporcionar especulação imobiliária, além da política inócua de mandar os migrantes de volta a seus estados de origem, pois em seus lugares de origem é que não havia condições para isso.

O programa “entorno com dignidade”, foi a alternativa adotada nesse período: baseava-se na construção de grandes conjuntos habitacionais em locais distantes, fora do DF, localizados ha mais de 70 quilômetros de distância do centro de Brasília. Uma marca também desse período foi o trato violento na remoção de favelas dentro do Piloto Piloto, (Gouvea,1988).

Desse período ainda houve a política de expansão urbana, entre os anos de 1985

a1988, com a denominada “Brasília revisitada”. Tal documento pode ser resumido a que somente as classes trabalhadoras não poderiam habitar nas áreas centrais. E dessa vez, a expansão ocorreu para as classes médias e altas morarem nas proximidades do Plano Piloto. E para os mais pobres, restava o “presente” do governo com fins eleitoreiros, que foi ofertar moradias em locais distantes dos centros de empregos, invertendo a lógica urbana e obrigando a população a despendar parte significativa de seu salário com o transporte diário.

Os planos de década de 1990 consolidaram segundo Paviani (2010), os anteriores e reforçou o modelo polinuclear e a bipolaridade entre o Plano Piloto e Taguatinga como centros complementares. E ainda, anunciou uma conurbação urbana em formação na direção do Plano Piloto, Guará, Taguatinga Ceilândia, Samambaia, reforçando o eixo de crescimento, que foi alinhavado com o eixo do metrô, com a criação de Águas Claras.

Para os anos de 1990 a 1994, vários parcelamentos urbanos de iniciativa do governo do DF foram implantados e, destes, três se constituíram em novas cidades satélites, quais sejam, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria. Nessas localidades, a oferta maciça de lotes semi-urbanizados, desencadearam para um atendimento legítimo de uma demanda habitacional retraída excluída, além de veio acompanhada de uma baixa qualidade de vida, devido a escassez de recursos para a implantação de infraestrutura e equipamentos comunitários (Paviani, 1998). Segundo a autora, a disposição rarefeita desses assentamentos acarretou grandes custos sociais e de extensão de redes de infraestrutura e equipamentos.

Soma-se a esse, restou somente para a poluição de baixa renda o processo de autoconstrução caracterizada com de baixa qualidade de moradia, uma vez que para o período não houve políticas públicas distritais e federais para a edificação das habitações. Para os anos de 1995 a 1998, a política habitacional se assemelhou aos governos anteriores, na qual consistia a transferência da população de invasões para acampamentos precários na periferia. Apesar disso, o programa habitacional desse período teve o mérito de regularizar 70 mil lotes em condomínios e quase cinco mil endereços que estavam irregulares. Além disso, priorizou-se para os condomínios de classe média a infraestrutura urbana.

De 1999 a 2006, o governo do DF aplicou a mesma sistemática de distribuição de lotes semi urbanizados. Para França (2015), o programa concedia a entrega de lotes sem nenhuma capacidade técnica e subsídios financeiros para as famílias construírem sua moradia, o que acentuava a gravidade da qualidade urbanística e ao atendimento das necessidades sociais das famílias que apresentavam graves situações de vulnerabilidade social. Destaca-se que as concentrações da política de entrega de lotes ficaram nas administrações de Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo II, consideradas como regiões onde a maioria da população é de baixa renda.

A seguir apresentamos um estudo crítico e avaliação do programa Minha Casa

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS RECENTES NO DISTRITO FEDERAL

Primeiramente devemos nos ater que para anos 2007 a 2010, o destaque na área habitacional foi a destinação de mais de seis mil lotes para a construção de casas ou apartamentos por meio de cooperativas de moradia nas regiões administrativas de Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo II e Santa Maria, sendo que as construções das unidades habitacionais eram realizadas pelas mesmas cooperativas.

Para os anos de 2009 a 2011, mesmo com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV- do governo federal em sua primeira fase, não houve nenhuma contratação no DF, de projeto habitacional com financiamento federal direcionado a faixa 1, faixa de menor poder aquisitivo. Em sua maioria, os empreendimentos contratados foram somente aqueles enquadrados nas faixas de renda de 2 a 3, e em especial a faixa 3, de 5 a 10 salários mínimos. Quanto à localização dos empreendimentos, estes estão localizados nos eixos Oeste e Sul do DF, nas Regiões Administrativas do Gama, Samambaia e Santa Maria.

A explicação que tem sido dada sobre a preferência a contratação da faixa de renda mais alta é a de que com o alto preço da terra urbana no DF ocorre dificuldade em encontrar construtoras interessadas a operacionalizar o programa da faixa 1. No entanto, não parece ser realmente esse o motivo, considerando que a grande parte das terras pertence ao GDF, o que ao contrário iria é facilitar essa contratação das faixas mais necessitada. Além disso, vale destacar que para as faixas de renda enquadradas nas faixas a 2 e 3 e até mais alta, outros programas e financiamentos já operavam e operam no mercado privado de imóveis.

De 2011 a 2014, observa-se a maior contratação de investimentos habitacionais no DF, que coincide com o lançamento da segunda etapa do PMCMV. Nessa nova fase, os projetos habitacionais direcionaram nas seguintes RAs: Águas Claras, Samambaia, Ceilândia, Riacho Fundo II, Santa Maria e Paranoá. Enfatizamos mais uma vez que a sua quase totalidade dos projetos implantados, mais de 95% deles, foram direcionados para atender as faixas 2 e 3 do programa, continuando dessa forma, a não atender a maior parcela da população inscrita no programa de habitação de interesse social no DF, que é composta por 82% da demanda, com rendimentos de até R\$ 1.600,00 Reais, que estaria nesse caso na faixa 1 do programa.

Em 2015, houve o lançamento do Programa “Morar Bem” no DF, com financiamento do PMCMV. Nesse caso visa a atender famílias que recebem até doze salários mínimos, ou seja, renda bruta até R\$ 9.456,00, e cabendo à Secretaria de habitação e regularização fundiária do DF, SedHab, o planejamento do programa e à Companhia de desenvolvimento habitacional-CODHAB, o cadastramento das

famílias e sua execução.

Partindo dos dados de 2010 por domicílios permanentes no DF, da Fundação João Pinheiro (FJP), informam a demanda total de 126.568 mil unidades, sendo 123.568 urbanos e 2601 rurais. Já os dados da Codhab de 2013, baseado nas pessoas inscritas em cadastro habitacional DF, apresenta, de forma divergente da FJP, um montante de 375.960 de novas unidades de moradia. Podemos constatar conforme tabela 1, que a maior percentagem de pessoas, ou seja, 80% delas se enquadravam na faixa 1 de renda do PMCMV, de até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos Reais), (tabela 1).

No período de 2009 a 2015 os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA mostram a necessidade de 262 mil moradias a serem construídas, sendo que 191 mil moradias necessitando de regularização fundiária e 126 mil unidades habitacionais de programas de requalificação.

Faixas de renda R\$	Nº de pessoas atendidas	Entidades	Total por faixa	Porcentagem
1 até 1.600	26.039	38.369	301.408	80.2
2: de 1.600 a 3.100	39.804	9.941	49.745	13.2
3: 3101 a 5000	15.444	3.635	19.079	5.1
4: acima de 1.501	4.728	1.000	5.728	1,5
Total	323.015	52.945	37.596	100

Tabela 1: Perfil dos inscritos no cadastro habitacional do DF- ano base 2012

Fonte: SedHab 2015 -adaptado

A partir do cruzamento de informações das faixas de renda (tabela 1), e das unidades habitacionais implantadas no do PMCMV no DF (Tabela 2), a evidente constatação foi o atendimento em maior proporção para as faixas 2 e 3 de renda, cuja demanda é de tão somente 18,3%, resultando em resultando em 40% dessa demanda no DF. No entanto, desproporcionalmente, para a faixa 1, o atendimento foi de cerca de 10% de novas unidades. Para a avaliação da essência do habitar, no PMCMV, utilizamos a pesquisa da CODEPLAN de 2016, a respeito da satisfação dos beneficiários do programa implantado no Paranoá, Região Administrativa localizada a cerca de 40 km a Leste do centro de Brasília e com população atual de 54.902 pessoas, ou 2,88% do total do DF.

Região Administrativa	Faixa	Contratos	Valor médio unidade R\$	Valor total R\$ 1000
Paranoá	1	6.240	65.000	405.600
Santa Maria	2/3	1.925	107.051	182.300
Riacho Fundo II	2/3	2012	79.499	352.320
Samambaia	2/3	3.524	120.868	352.320
Ceilândia	2/3	669	116.316	57.251

São Sebastião	2/3	728	118.819	57.426
Águas Claras	2/3	1212	94.810	58.133
Total		16.312		1.024.480

Tabela 2: PMCMV 2009 a 2015

Fonte: CEF, 2018, adaptado

Ressaltamos que a escolha por essa Região Administrativa, Paranoá, ocorre por ser a única do PMCMV destinada ao atendimento da demanda da faixa 1. Dito isso, as unidades que foram entregues no período, as 6240 unidades, cujo empreendimento é denominado de “Paranoá Parque”. A população do Paranoá, se enquadra segundo dados de rendimento da CODEPLAN (2018), de baixa renda, com rendimentos per capita entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00, e renda per capita domiciliar de 1 salário mínimo.

Quanto aos principais itens considerados, foi perceber que a maior parte das pessoas que foram morar no Paranoá Parque, vieram de outras regiões do DF, tais como de Sobradinho, Planaltina e Ceilândia, localizadas em diversas direções do DF, sendo que todas são consideradas de baixa renda e localizadas também, distantes a pelo menos 40 km do centro de Brasília. Desse total de 24 mil pessoas, considerando cada família com 4 pessoas em média.

Segundo a pesquisa, cerca de 82% dos moradores tiveram que mudar de emprego por causa da mudança ao Paranoá Parque, tendo em vista as grandes distâncias que trazem aumento de deslocamento. Além da deficiência dos transportes, a maioria dos moradores do novo bairro acha elevado o preço das passagens, principalmente, por se tratar de pessoas que recebem baixos rendimentos, e muitas ainda, dependentes da bolsa-família.

Quanto à opinião dos moradores, os principais pontos negativos da piora sobre os equipamentos públicos e privados nas proximidades do bairro foram em relação à falta de comércio para a maioria, ou seja, cerca de 90% das pessoas. Além do comércio, 78% disseram faltar paradas de ônibus, 78% postos de saúde, 76% escolas e ainda, as dificuldades em voltar rápido do trabalho.

Na questão das melhorias, os entrevistados responderam como pontos positivos à existência de proximidade de ponto de encontro e de quadra de esporte e de praças. Quanto à participação em reuniões e associações comunitárias, os moradores, em sua maioria, mais de 60% disseram participar em pelo menos uma das reuniões e associação comunitária, diferentemente do que acontecia na moradia anterior.

Os entrevistados também acrescentaram que melhorou muito em relação a infraestrutura atual, se dizem satisfeitos com a localização da casa, espaço interno, no qual foi considerado suficiente para os membros da família e com cômodos bem distribuídos, além de ser iluminada e com boa temperatura interna.

Os moradores do Paranoá Parque, na sua grande maioria, também assinalaram

satisfação com a moradia, que fez com que a vida melhorasse além de pretenderem permanecer nas mesmas. Além disso, em quase sua totalidade, ou seja, cerca de 90% dos entrevistados, disseram estar muito satisfeitos em sua nova moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração evidente acerca do programa Minha Casa Minha Vida no DF, é que o programa não se mostrou eficiente quanto a diminuir o déficit para a faixa de menor renda, o que está relacionado também pela irrisória participação do governo em ceder projeções nas próprios lugares onde ocorre necessidade de novas moradias.

O artigo não abordou os empreendimentos implantados no entorno do DF, nas áreas mais distantes do centro de Brasília, o que muito provavelmente, poderia indicar o atendimento em maior proporção à faixa 1 de rendimentos. Em relação a isso, constatamos a contínua promoção do programa em não mesclar as classes de rendimento, o que vem a encrudescer processos típicos de segregação socioespacial. E isso demonstra que mais uma vez, o Estado mesmo tendo a possibilidade de implantar programas habitacionais com misturas ou mesclas de classes sociais, conforme sustenta Dear (1981), que uma simples estruturação de classes, em um determinado momento, pode conduzir à criação de ambientes relativamente homogêneos, em termos de *status* sociais.

A exemplo do que aconteceu nos diversos governos do DF, os mesmos erros se repetiram ao não tratarem a moradia no sentido mais amplo do habitar, o que poderia resultar na promoção de moradias aliadas à construção e assim constituindo a essência do habitar. Evidenciamos nesse estudo, que a promoção do habitar deve ser realizada com ampla participação da comunidade, o que vem a conduzir no atendimento das necessidades dos lugares em que as pessoas vivem.

No entanto, a pesquisa qualitativa dos moradores do empreendimento Paranoá Parque, destinado às pessoas de baixa renda, indicaram o construir do habitar em alguns elementos, tais como o da participação voluntária dos moradores em reuniões comunitárias visando a manutenção e melhoria do bairro Paranoá Parque, ou seja, um percentual de mais de 65% dos entrevistados disseram participar ativamente na comunidade do bairro em questão; e na satisfação dos moradores em residir e desejarem permanecer no bairro, indicando nesse caso, uma alta porcentagem dos entrevistados.

Assim, aspectos da formação de lugares, naquilo que Marc Augé (2010), afirma sobre os seus elementos constituintes, tais como identitário, relacional e histórico, já se apresentam em formação nesse novo bairro, promovido pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

No entanto, existe uma clara fragilidade em se constituir o habitar nos empreendimentos do PMCMV, destinados principalmente, às classes de menor

rendimento, considerando que a permanência dos moradores, tem a ver com o habitar no sentido de melhoria de rendimentos pessoais e familiares e para isso, são necessários aplicação de instrumentos indutores de desenvolvimento urbano e pela integração do novo bairro aos antigos setores da região administrativa do Paranoá.

Apesar de muitos autores considerarem a promoção da cidade somente como fator de gestão, com os novos empreendimentos habitacionais e aumento substancial de número de pessoas muito pode contribuir para a ativação de economia local e gerar mais empregos, consumo e desenvolvimento geral, atendendo em muito aos anseios da população da região.

Dessa forma, entendemos que desde a sua implantação, os programas habitacionais já deveriam levar em conta não somente a moradia, mas também a promoção dos lugares, do seu desenvolvimento, o que vem a promover aumento de empregos nas proximidades dos novos bairros, principalmente nos programas habitacionais de interesse social. Assim, consideramos salutar compreender a explicação heideggeriana do habitar, de que é a medida que habitamos que construímos, dotamos de valor os lugares e desenvolvemos o sentido de pertencimento como essências a serem consideradas.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas (SP): ed. Papyrus, 2010.111 p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 242 p.

CODEPLAN - DF. www.codeplan.df.gov.br - **pesquisa de satisfação de beneficiários do pmcmv-paranoa-parque**, 2016. - pesquisa distrital por amostra de domicílios do DF, PDADDF-2-15

CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1998, 304 p.

FRANÇA, K.C.B. **Habitação de interesse social e governança urbana: desafios, resistências e potencialidades na área metropolitana de Brasília**. Brasília, Unb, tese, PPG Geografia, 2015. 231p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional brasileiro. Acesso :www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos.

GOUVEA, L.A. Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal. In:Paviani A. (org.). *Brasília-gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 1999. p. 253- 270.

_____ A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, A.(ORG.) **A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília**. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 2010, p. 83-108.

MONTE-MOR. R.L.M. **Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fac. de Engenharia, tese, 1980. Cap1 Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. p. 11-58.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008, 198p.

PAVIANI, A. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A.;BARRETO F.F.P.; CIDADE, L.C. e JATOBÁ, S.U. **Brasília 50 anos da capital a metrópole**. Brasília: editora da UnB coleção Brasília, 2010, p. 227-251.

_____ A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A.(ORG.) **A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília**. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 2010, p. 131-163.

PELUSO, M.L. O papel das representações sociais do “comprar a casa “ na identificação dos problemas habitacionais. In:Paviani A. (org.). **Brasilia-gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 1999. p. 111-132.

SCHMIDT,B. e FARRET, R. **A questão urbana**. Rio de janeiro: Jorge Zahar editor, 1986, 95p.

VILLAÇA, F. **Perspectivas do planejamento no Brasil de hoje**. Campo Grande junho, 2010 entrevista. Consulta web

TUAN, Y-F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-295-1



9

788572 472951